

## Realização

Fundação Getulio Vargas

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas - GVces

#### Coordenação-Geral

Mario Monzoni, **GVces**

#### Coordenação Executiva

Roberta Simonetti, **GVces**

#### Equipe

Fernanda Macedo, Fernanda Rocha, Helton Barbosa, Isabela Callegari, Paula Peirão, Raquel Costa e Roberta Simonetti, **GVces**

Angela Perondi Pitel, **Consultora em Energia Renovável e Eficiência Energética**

Antônio Lombardi, José Carlos Pedreira de Freitas e Maria de Souza Oliveira, **HECTA – Desenvolvimento Empresarial nos Agronegócios**

Ricardo Baitelo, **Consultor em Políticas Públicas**

#### Apoio

Embaixada Britânica

#### Colaboração

Ana Nassar e Luiz Andrade, **Embaixada Britânica**

Fabio Storino, Gabriel Lima, Guarany Osório, Mariana Bartolomei, Pedro Canelas, **GVces**

#### Projeto Gráfico

Vendo Editorial

#### Produção

Bel Brunaro

#### Revisão

Kátia Shimabukuro

## Siglas utilizadas

**ABC** Agricultura de Baixo Carbono
**APP** Área de Preservação Permanente
**Ater** Assistência Técnica e Extensão Rural
**Basa** Banco da Amazônia
**BB** Banco do Brasil
**BNB** Banco do Nordeste do Brasil
**BNDES** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
**CAR** Cadastro Ambiental Rural
**Cati** Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
**Contag** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
**DAP** Declaração de Aptidão
**Emater** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
**EPF** Empresa de Pesquisa Energética
**FBM** Fixação Biológica de Nitrogênio
**FCO** Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste



# Sumário executivo

Debates sobre a economia verde e de baixo carbono estão ocorrendo no âmbito global, e no Brasil não tem sido diferente. Diversos atores da sociedade têm se esforçado para entender plenamente esse conceito e buscar formas de aplicá-lo na prática. Contudo, a transição efetiva para uma economia de baixo carbono requer uma atuação estratégica, conjunta e integrada de diferentes setores. Este estudo procura juntar e entender a relação entre três elos essenciais no contexto da nova economia. Partindo das demandas do setor produtivo para implementar práticas de baixo carbono, o estudo identifica os produtos e serviços oferecidos pelo setor financeiro e a regulamentação e os incentivos determinados pelos agentes governamentais, relacionados a essas demandas. A partir desse diagnóstico, o trabalho focou na identificação dos entraves que impedem o setor financeiro brasileiro de contribuir de forma efetiva com a transição para a economia de baixo carbono e na elaboração de recomendações a serem implementadas pelos diferentes atores (setor produtivo, financeiro e governo).

O ponto de partida foram três estudos realizados pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-GVces, dois relacionados à área financeira e um aos setores de agropecuária, energia e transporte, ambos no contexto das mudanças climáticas e da economia de baixo carbono. Neste trabalho foram analisados os setores de agropecuária e energia, que juntos representam um terço das emissões líquidas de CO<sub>2</sub> de acordo com o Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa. Com o objetivo de complementar esse quadro e investigar os motivos pelos quais os recursos não são efetivamente utilizados, foi realizada uma série de entrevistas com representantes dos setores produtivo e financeiro, governo e especialistas. Os resultados foram sistematizados e apresentados em forma de pôster, o qual apresenta os principais entraves e recomendações distribuídos em um fluxograma, apontando ideias e sugerindo caminhos para a elaboração de um plano de ação para avançar no tema, no qual as recomendações, agrupadas em “áreas de intervenção”, podem ser interpretadas como objetivos estratégicos. Para cada recomendação, foram também identificados os agentes transformadores mais aptos a liderar o movimento e implementar as ações. As informações levantadas nesta pesquisa indicam que para acelerar o financiamento para uma economia de baixo carbono nos setores de energia e agropecuária é necessário um trabalho conjunto e alinhado entre: (i) governo, responsável pelo arcabouço regulatório; (ii) setor financeiro, responsável pela oferta de produtos e serviços; (iii) setor produtivo, que utiliza os recursos disponíveis para implementar práticas no contexto da nova economia.

O mapeamento dos financiamentos permitiu verificar que, apesar de haver linhas disponíveis, o volume de recursos utilizados é baixo e ainda insuficiente para financiar

plenamente a transição para a economia de baixo carbono. Para avançar será necessário, além da disponibilização de mais recursos, rever processos internos e capacitar os envolvidos na análise de projetos, análise de crédito e avaliação de risco; adequar as práticas de monitoramento adotadas e rever as garantias para melhorar a alocação e eficiência no desembolso dos recursos. Destaca-se também a necessidade de fortalecer as políticas públicas, estabelecer subsídios diretos e incentivos fiscais e financeiros, aumentar a articulação entre as diferentes instâncias governamentais, dar mais apoio à criação e ao estabelecimento de novos mercados e mais incentivo à pesquisa e desenvolvimento, além de apoiar a comunicação, divulgação e capacitação adequadas, especialmente voltadas aos pequenos produtores e empreendedores. Vale mencionar que este estudo foi elaborado no mesmo momento em que se estrutura o Plano ABC (maior fonte de financiamento das práticas de ABC) e que o governo brasileiro tem avançado na implementação integrada de medidas de eficiência energética e energias renováveis. Entende-se, portanto, que algumas das recomendações aqui propostas já estejam sendo colocadas em prática pelos respectivos agentes transformadores. Por se tratar de novas formas de produção, fica mais evidente a existência de barreiras culturais, que representam um aspecto importante na tomada de decisão do setor produtivo, devendo ser ultrapassadas a fim de reduzir as emissões de GEE na agropecuária e energia. Esses setores, que representam parte expressiva das emissões de GEE do País, deverão contribuir para o desafio, uma vez estabelecidas as metas de redução de emissões no Brasil. Espera-se que o conjunto de recomendações proposto possa contribuir para que produtores rurais e empreendedores sejam estimulados a adotar práticas de baixo carbono, melhorando a chance de atingir as metas que futuramente venham a ser atribuídas aos respectivos setores. Acredita-se que a produção brasileira de *commodities* de agropecuária e de energia será fortalecida quando for capaz de acessar, de maneira eficiente, os recursos financeiros disponíveis que visam direcionar o setor à economia de baixo carbono. Contudo, ressalta-se que somente a atuação conjunta dos três atores, com um objetivo comum, e a vontade de inovar e de efetuar mudanças serão capazes de mover o País nessa direção. O desafio é grande, porém, igualmente grandes são as oportunidades de fazer o Brasil se destacar mundialmente como um dos líderes no estabelecimento da nova economia.

Os resultados preliminares deste estudo foram apresentados e validados em duas oficinas realizadas nos dias 31 de janeiro de 2012 e 3 de fevereiro de 2012, em São Paulo e Brasília, respectivamente, com a presença de representantes de bancos públicos e privados, governo, organizações da sociedade civil e especialistas dos setores analisados. As contribuições colhidas nesse processo foram incorporadas, resultando neste documento (e no PDF on-line, disponível em www.fgv.br/ces).

# Mapeamento das demandas, políticas públicas e financiamentos disponíveis

## DEMANDAS

- Fomentar a **recuperação das áreas degradadas** em APPs, reservas legais e pastagens.
- Apoiar **projetos de ciência, tecnologia e inovação tecnológica** para inclusão e desenvolvimento social.
- Promover a **certificação**/normatização como meio de melhorar a qualidade dos produtos com sustentabilidade ambiental.
- Apoiar a **regularização ambiental** das propriedades rurais, inclusive licenciamento ambiental, e dos assentamentos de reforma agrária, e apoiar o manejo dos recursos naturais e a assistência técnica e a extensão rural.
- Fomentar **colheita mecanizada** de cana-de-açúcar.
- Incentivar a adoção da Integração Lavoura Pecuária Floresta (**ILPF**) e Sistemas Agroflorestais (**SAF**).
- Incentivar a adoção de Sistema Plantio Direto (**SPD**) e Fixação Biológica de Nitrogênio (**FBN**).
- Incentivar a adoção de **tratamento de dejetos** animais para geração de energia e compostagem.
- Aumentar a **produtividade** das áreas subutilizadas, degradadas e abandonadas, evitando a abertura de novas áreas.

Políticas Públicas / Demandas	Áreas degradadas	C&T e Inovação tecnológica	Certificação	Regularização ambiental	Colheita mecanizada	ILPF e SAF	SPD e FBN	Tratamento de dejetos	Produtividade
Programa Mais Ambiente	X			X					
Plano Agrícola e Pecuário	X					X	X	X	
Plano Setorial do Governo Federal									X
Plano Nacional sobre Mudança do Clima	X					X	X	X	
Plano ABC	X	X		X		X	X	X	
Plano Plurianual: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Socioambiental		X							
II Plano Nacional de Reforma Agrária				X					

Financiamentos / Demandas	Áreas degradadas	C&T e Inovação tecnológica	Certificação	Regularização ambiental	Colheita mecanizada	ILPF e SAF	SPD e FBN	Tratamento de dejetos	Produtividade
Fundo Amazônia	X	X		X					X
BNDES	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nossa Caixa Desenvolvimento		X			X			X	
CAIXA	X								
BB – FCO	X			X	X	X		X	X
BASA – FNO	X			X		X			
BNB – FNE	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fundos Setoriais	X	X		X				X	
Bradesco	X		X	X	X			X	
Itaú Unibanco			X		X				
Santander			X						
HSBC					X				

# O setor financeiro

Como visto no mapeamento das demandas, políticas e financiamentos, existem várias linhas de financiamento destinadas ao setor agropecuário, oferecidas por diferentes instituições financeiras, que visam fomentar a transição para a economia de baixo carbono. Para atingir as metas estabelecidas no Programa ABC, estima-se que serão necessários investimentos da ordem de 197 bilhões de reais entre 2011 e 2020, financiados por meio de linhas de crédito agrícolas e investimentos previstos pelo setor privado. Desse total, 157 bilhões seriam recursos disponibilizados via crédito rural, oriundos dos BNDES e de outros bancos (Plano ABC, 2011).

Mesmo sendo extremamente difícil mapear o montante exato de recursos destinados às práticas de ABC, haja vista as dificuldades de monitoramento e rastreabilidade dos recursos desembolsados, os números oficiais não são ainda suficientes para atender tal demanda. Até o momento, o BNDES tem destinado orçamento de R\$ 3,15 bilhões para o Programa ABC em 2012, a principal forma de financiamento da transição à agricultura de baixo carbono (PAP, 2011). O setor financeiro privado no Brasil atua como agente dos recursos provenientes do BNDES, em forma de repasse das linhas específicas para financiamento de práticas de ABC. Contudo, a representatividade dessa modalidade na atual carteira dos bancos é inexpressiva comparada à necessidade do setor.

As instituições financeiras e os fundos constitucionais disponibilizam linhas específicas voltadas às ações propostas no contexto dos planos setoriais, tais como o aumento da produtividade e a regularização ambiental das propriedades rurais. Outras ações relacionadas à tecnologias ambientais, tais como o apoio à implantação de sistemas de produção de ILPF, SAFs, SPD, FBN e o tratamento de dejetos recebem recursos dos fundos constitucionais e das instituições financeiras por meio dos principais programas de fomento à prática de agricultura de baixo carbono, além do Plano ABC, tais como o Pronaf Agroecologia. A seguir, será explorado o grau de eficiência dessa alocação de recursos para a economia de baixo carbono.

# Entraves e recomendações

Por meio das entrevistas realizadas com os principais atores ligados ao setor agropecuário, como produtores (grandes e pequenos), governo e agentes financeiros, foi possível identificar uma série de deficiências do cenário atual, que podem ser interpretadas como entraves à plena adoção de práticas de baixo carbono, além de acolher propostas de recomendações.

A partir do conteúdo das entrevistas, foram mapeados os temas considerados prioritários que foram classificados em quatro áreas de intervenção, conforme a figura.

Áreas de intervenção	Temas prioritários	Áreas de intervenção	Temas prioritários
<b>Marco regulatório</b>	ABC como conceito	<b>Comunicação e capacitação</b>	Divulgação ampla
	Itens financeiros		Treinamento e qualificação <ul style="list-style-type: none"><li>Assistência técnica</li> <li>Produtor rural</li> <li>Profissional das instituições financeiras</li></ul>
	Exigências e documentação		
	Licenciamento ambiental	<b>Financiamentos e gestão de risco</b>	Fontes de recursos (custeio)
	Cooperativas e empresas integradoras		Condições, exigências e estímulos financeiros
Enraizamento do Programa ABC nos estados		Custo de observância	
<b>Pesquisa &amp; desenvolvimento</b>	Barreiras culturais	Risco dos bancos e dos produtores rurais <ul style="list-style-type: none"><li>Análise de risco</li> <li>Seguro para práticas de ABC</li> <li>Garantia</li></ul>	
	Divulgação, linguagem e aplicabilidade		
	Foco no mercado (reconhecimento de atributos, validação e certificação, insumos)		

A partir dos entraves identificados durante o processo de entrevista, foram extraídas recomendações que tem como objetivo fundamental orientar o setor produtivo e setor financeiro na direção da adoção mais eficaz e eficiente das práticas de ABC, além de melhorar a efetividade das políticas públicas e dos programas que apresentem interface com o tema. Abaixo são descritos, de forma sintética, os principais entraves, e as principais recomendações que, em um plano de ação para avançar no tema, podem ser interpretadas como objetivos estratégicos para cada área de intervenção.

Áreas de intervenção	Entraves	Recomendações
<b>Marco regulatório</b>	Falta de clareza sobre as atividades elegíveis e impossibilidade de adequação às realidades específicas.	Trabalhar no sentido de dar maior clareza sobre as atividades elegíveis para financiamentos ABC.
<b>Pesquisa &amp; desenvolvimento</b>	Falta de amadurecimento da pesquisa tecnológica no âmbito das práticas de ABC, gerando insegurança ao produtor e ao agente financeiro.	Desenvolver pesquisa aplicada às práticas que tenham foco nos benefícios econômicos, além dos socioambientais.
<b>Comunicação e capacitação</b>	Falta de divulgação das práticas ABC, do Plano ABC e outras linhas que financiam tais práticas. Falta de capacitação técnica (produtor, agente IF, assistente técnico).	Realizar amplo processo de divulgação e capacitação da assistência técnica, produtor rural e agente financeiro.
<b>Financiamentos e gestão de risco</b>	Ausência de flexibilidade em normas e regulamentos que possibilitaria o atendimento de outras atividades relacionadas à agricultura de baixo carbono, e falta de condições para o desenvolvimento de atividades de ABC que assegurem retornos e tenham baixo risco	Aumentar a flexibilidade em normas e regulamentos voltados à ABC e criar e aprimorar os modelos e mecanismos voltados às práticas de ABC que viabilizem retorno com baixo risco

# Como ler o fluxograma

O fluxograma (vide verso) foi elaborado tendo como base a oferta e a demanda pelos recursos. A oferta possui como principal agente as instituições financeiras e a demanda o setor produtivo, traduzido em produtores rurais e empreendedores. Porém, para que os recursos sejam desembolsados de forma mais eficiente é de extrema importância o envolvimento de um terceiro agente: o governo. Suas ações devem anteceder o processo de financiamento em si, amparando as duas pontas por meio de um conjunto de ações que podem ser segmentadas em três diferentes níveis. Incluem-se atividades relacionadas à Regulamentação e Pesquisa e Desenvolvimento (nível 1), Articulação e Mobilização e Disseminação e Mobilização (nível 2) e Desenvolvimento Institucional e Assistência Técnica e Capacitação (nível 3).

Para cada uma das etapas apontadas acima foi selecionada uma série de entraves e recomendações. São ações que de alguma forma ajudarão a destravar tanto o setor agropecuário quanto o financiamento disponibilizado. Uma vez realizadas essas ações, o processo de desembolso dos recursos torna-se mais fácil. No fluxograma, do lado da demanda, há ações de elaboração de projetos, atendimento de exigências de documentações e licenças para, enfim, ocorrer a análise do projeto. De igual maneira, para que as instituições financeiras sejam capazes de analisar de forma correta esses novos projetos, que levam em conta as adicionalidades socioambientais, necessita-se de ações de capacitação e de produtos financeiros específicos que atendam à nova demanda. Após a liberação dos recursos deve haver o monitoramento por parte das instituições financeiras e a prestação de contas por parte do setor produtivo.

## Agradecimento aos colaboradores

Este estudo é o resultado de um processo de consulta a especialistas, representantes de bancos públicos e privados, de organizações da sociedade civil e do governo. As contribuições colhidas nas entrevistas e durante o processo de validação foram incorporadas ao estudo.

O GVces agradece as contribuições dos seguintes colaboradores (em ordem alfabética):

Adalberto Costa Filho	Felipe Faria	Marcos Castilho
Ademiro Vian	Fernanda Araujo Merlo	Mauri José de Andrade
Alexandre Gomes	Fernando Perrone	Maurício Moszkowicz
Alexandre Siciliano	Francisco Mendes de Alencar Filho	Maurício Petenusso
Aloisio Pereira de Melo	Frederico Gomes	Maximo Luiz Pompermayer
Álvaro Schwers Tosetto	Gabriela Weber Moraes	Orestes Gonçalves
Alysson Paulinelli	George Magalhães	Oriana Rey
Ana Maria Borges Tomé	Glauco Guimarães	Paula Fogacci
Andreia Lucia Carvalho	Guilherme Maia	Paulo Mouzinho
Andressa Silva	Guilherme Martins	Paulo Romano
Armando Ricardi Junior	Guilherme Piffer	Paulo Moreira Martins
Braz Albertini	Hosamir Alves Santiago	Rafael Marcos
Bruno Oliveira	João Albanez	Ricardo Baitelo
Camila Sande	José Avila Pires	Roberta Alfonso
Carlos Rittl	José Goldemberg	Rodrigo Tesser
Cecília Lopes Tavares	José Maximiano	Rodrigo Vila
Christieny Moraes	José Ricardo	Rogério Fernandes Dias
Claudia Costa	José Romildo da Silva	Ronaldo Aniceto
Claudia Falsarella	José Rubens Dutra Mota	Rosemeire dos Santos
Cristiane Ronza	Karen Suassuna	Saima A. Kawana
Daniela Mariuzzo	Leonidas Andrade	Sergio Barros
Délcio Rodrigues	Luiz Pereira	Tibério Rômulo Brandão
Denise Velloso	Marcelo Reigado	Vânia Pinheiro Batista
Elvira Ventura	Marcia Caldas	Vladimir Farias Sodré
Evison Ramos	Márcio Rodrigues Lopes	

## [ENTRAVES]

### Itens financiáveis

- O detalhamento disponível para análise de projetos no contexto do Plano ABC é orientado, única e exclusivamente, aos itens financiáveis e não aos seus objetivos, deixando margem para interpretação por parte dos bancos, além de burocratizar o processo. Projetos que utilizam linguagens diferentes ou que empreguem alguma prática não listada nos "itens financiáveis" são submetidos a longos processos de análise ou desqualificados. Por exemplo: se uma ação dentro de um projeto estiver atrelada a alguma prática de ABC, mas não for explicitamente um item financiável, provavelmente o projeto não estará apto a usar o Programa ABC, quando, na realidade, a atividade cumprirá o objetivo de ABC.

### Enraizamento do Programa ABC nos estados

- O Programa ABC foi elaborado pelo governo federal com a participação de representantes do setor, contendo diretrizes para que cada estado construa seu próprio programa. Entretanto, existem poucos recursos, estímulos e alinhamento entre o Governo Federal e os Estados.

### Condições, exigências e estímulos aos financiamentos

- O acesso dos pequenos produtores às linhas de financiamento é dificultado, pois há exigências e condições que não são adequadas a suas atividades.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Itens financiáveis

- Focar as orientações aos operadores nos objetivos do Programa ABC e não nos itens financiáveis. Dessa forma, os agentes financeiros teriam entendimento mais profundo das ações que respondem aos objetivos do Plano ABC. **Agente transformador** Governo, IF.

### Enraizamento do Programa ABC nos estados

- Elaborar planos estaduais, voltados à ABC, para todos os entes da federação constitua ação essencial para o enraizamento do Plano ABC nos estados. **Agente transformador** Governo, IF.
- Inserir transversalmente as práticas de ABC nos programas agropecuários estaduais e municipais, acolhendo os objetivos preconizados no Programa ABC (sem a necessidade de criar novos programas). **Agente transformador** Governo, IF.
- Vincular o Programa ABC aos Programas Federal e Estaduais de Regularização Ambiental das propriedades rurais. **Agente transformador** Governo, IF.

### Condições, exigências e estímulos aos financiamentos

- Estimular a participação de outras entidades no financiamento, tais como cooperativas de crédito e instituições de microcrédito, em função da possibilidade de maior capilaridade e de um entendimento diferenciado sobre o risco do produtor e do projeto financiado. **Agente transformador** Governo, IF.

## [ENTRAVES]

### Exigências e documentação

- A obtenção e controle da DAP é um processo difícil em função da falta de alinhamento das informações, por exemplo, entre a Cati em São Paulo e o MDA. Consequentemente, não há informação disponível aos bancos para que possam se certificar do correto enquadramento do produtor.

### Fontes de recursos (custeio)

- Falta capilaridade e flexibilidade do BNDES para um programa tão vasto, especialmente na perspectiva do atendimento do pequeno produtor rural.
- Baixo volume de recursos alocados para o biênio 2011/2012.
- Condições, exigências e estímulos aos financiamentos**
- Não há estímulo dos operadores das carteiras agrícolas para oferecer linhas relacionadas à ABC.
- O acesso dos pequenos produtores às linhas de financiamento é dificultado, pois há exigências e condições que não são adequadas a suas atividades.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Análise de risco

- Os prazos e carências dos projetos relacionados à ABC nem sempre são adequados, dadas às características intrínsecas destes projetos. Os modelos utilizados para a avaliação de risco não são adequados para mensurar as particularidades como as relativas aos projetos de ABC. No Programa ABC, o prazo pode chegar a oito anos, prazo longo que certos bancos não consideram, dados os altos riscos envolvidos, há ausência de políticas disponíveis que respaldem decisões de crédito dessa natureza e seu compromisso com os acionistas.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Seguros para práticas de ABC

- Os atuais mecanismos de seguro estão voltados prioritariamente ao ressarcimento dos bancos em detrimento da cobertura dos efetivos prejuízos do produtor.
- Não existe instrumento de seguro disponível aos produtores a fim de que possam se resguardar no caso de quebras de produção. Os contratos atuais de seguros focam prioritariamente as perdas potenciais dos bancos e menos na cobertura de perdas dos produtores.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Exigências e documentação

- Evitar esforços para que os sistemas de credenciamento e controle de emissão das DAPs estejam completamente alinhados nos diferentes níveis governamentais. Ademais, sistematizar informações sobre requisitos a serem atendidos no fornecimento da DAP e sobre o credenciamento de entidades para emissão da declaração. **Agente transformador** Governo, IF.

### Fontes de recursos (custeio)

- Ampliar as fontes de recursos disponíveis para práticas de ABC a partir de outras linhas e programas existentes, mesmo que seja necessária alteração nos instrumentos que os regem. **Agente transformador** Governo, IF.
- Disponibilizar linha de crédito para o custeio do ABC com taxas de juro compatíveis com a linha de investimento, a fim de estimular a continuidade da atividade nos moldes da ABC. **Agente transformador** Governo, IF.

### Condições, exigências e estímulos aos financiamentos

- Estabelecer mecanismos para estimular os agentes do mercado financeiro a conceder créditos relacionados à ABC, que podem incluir metas de desempenho associadas ao financiamento deste tipo de projeto e seu sucesso. **Agente transformador** Governo, IF.
- Estimular a criação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA), por meio de práticas de ABC, como forma remuneratória adicional do produtor. **Agente transformador** Governo, IF.
- Pagamentos diretos ou indiretos, conforme a categoria/classificação do produtor no que se refere à adoção de práticas de conservação de água, solo, biodiversidade etc. (redução de impostos, redução de encargos). **Agente transformador** Governo, IF.
- Estimular a utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como forma de uniformizar as exigências dos bancos na concessão de crédito. **Agente transformador** Governo, IF.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Análise de risco

- Transformar a cultura de risco do setor financeiro, de forma a compreender as práticas de ABC no contexto de um sistema mais amplo que conjuga atividades de médio e longo prazo e que contribui para melhorar desempenho do produtor, gerando melhor entendimento dos riscos, reduzindo desta forma seus riscos e a exposição do banco. **Agente transformador** IF.
- Risco dos bancos e dos produtores rurais – Seguros para práticas de ABC**
- Criar conjuntamente (governos e seguradoras) mecanismos de seguro e garantias para os financiamentos considerando que o seguro agrícola no Brasil, ainda incipiente, não cobre diretamente atividades relacionadas à ABC. **Agente transformador** Governo, IF.

## [ENTRAVES]

### ABC como conceito

- Os regulamentos disponíveis orientam apenas o Programa ABC e, portanto, desconsideram outras práticas de agricultura de baixo carbono passíveis de atendimento por meio de outras linhas de crédito.
  - Diante da falta de clareza quanto aos conceitos de agricultura de baixo carbono, aumenta a dependência da discricionariedade dos operadores do mercado financeiro quanto a o que considerar como práticas de baixo carbono ou não.
  - Várias linhas e programas permitem o financiamento de algumas das práticas previstas no Programa ABC, entretanto apresentam uma linguagem diferente daquela empregada no programa, comprometendo o pleno entendimento do conceito de agricultura de baixo carbono.
- ### Itens financiáveis
- Faltam diretrizes claras que permitam aos agentes do setor financeiro avaliar o adequado enquadramento das atividades propostas em ABC. A análise de projetos dessa natureza é mais complexa do que o usual, pois envolve várias atividades simultâneas, não bastando a simples verificação de uma lista de requisitos. É preciso analisar o projeto, suas práticas e objetivos no conjunto de atividades da unidade produtiva.

### Exigências e documentação

- O pequeno produtor, em especial, enfrenta dificuldades em atender aos requisitos dos projetos e à entrega da documentação solicitada para o financiamento. Embora reconhecida a importância do assunto, essas questões não favoreceram a inclusão do tema na agenda do pequeno produtor e dos sindicatos rurais.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Garantias

- O pequeno produtor, que em geral opera em escala reduzida e menor diversidade de atividades, está sujeito a maiores riscos com menos mecanismos de garantia disponíveis.

## [RECOMENDAÇÕES]

### ABC como conceito

- Revisar os regulamentos disponíveis, em conjunto com o setor produtivo, conferindo maior clareza aos conceitos adotados para as práticas de ABC, de modo a serem adequadamente refletidos nos diferentes programas e linhas que atendem a estas práticas, como as linhas de crédito do Pronaf que financiam práticas de baixo carbono. **Agente transformador** Governo, IF.

### Itens financiáveis

- Elaborar diretrizes mais claras que orientem os planos e programas voltados à ABC e facilitem a análise das propostas, permitindo o enquadramento e tratamento adequados. **Agente transformador** Governo, IF.
- Após a definição/aprovação do novo Código Florestal, condicionar a concessão do crédito da ABC à regularidade ambiental da propriedade beneficiada com o crédito. **Agente transformador** Governo, IF.

### Exigências e documentação

- Simplificar a descrição do Programa ABC, normas e regulamentações relativos às práticas de ABC contempladas nos diversos programas e linhas, no sentido de facilitar sua compreensão, acesso e aplicação. **Agente transformador** Governo, IF.
- Ampliar o limite máximo de financiamento (R\$ 1 milhão) em função da atividade contemplada (i.e. implantação de florestas). Algumas atividades necessitam de grandes montantes especialmente na fase inicial de implantação. **Agente transformador** Governo, IF.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Garantias

- Criar um fundo de aval para garantir os financiamentos, mitigando o risco dos bancos. Esse fundo constitui um excelente instrumento de acesso ao crédito pelo produtor rural, considerando suas limitações no oferecimento de garantias e sua maior exposição a risco nas práticas de ABC, por se tratar de uma nova atividade. **Agente transformador** Governo, IF.

## [ENTRAVES]

### Foco no mercado – Validação e certificação

- Faltam sistemas de certificação que atestem a origem e qualidade dos produtos e também sirvam como mitigadores de risco para o sistema financeiro. Os pedidos de financiamento devem avaliar os riscos do modelo e práticas de ABC. Nesse sentido, a falta de amadurecimento da pesquisa e das tecnologias torna-se uma dificuldade, pois gera insegurança ao produtor e ao agente financeiro.

### Foco no mercado – Mercado de insumos

- Além do mercado ainda não estar desenvolvido, faltam produtos para a ABC, que ainda se encontram em fase de desenvolvimento e necessitam de tempo (em alguns casos, anos) para serem disponibilizados ao mercado (por exemplo, inoculantes para culturas agrícolas, produtos sanitários em sistema de ILPF, espécies vegetais, dentre outros relatados em recente trabalho desenvolvido pela Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil).

## [RECOMENDAÇÕES]

### Foco no mercado – Validação e certificação

- Incorporar nos esforços de pesquisa e desenvolvimento os novos paradigmas das práticas de ABC, indo além das tradicionais linhas de pesquisas relacionadas com os modelos convencionais, para que processos de validação e certificação ocorram. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.

### Foco no mercado – Mercado de insumos

- Desenvolver mercados para atender às novas demandas por produtos (ex. espécies de sementes e mudas adequadas, máquinas e equipamentos, assessoria técnica especializada). **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.



## [ENTRAVES]

### Condições, exigências e estímulos aos financiamentos

- Falta de alinhamento entre programas, que apresentam diferentes exigências a serem atendidas para o correto enquadramento nas diversas linhas de financiamento aplicadas às práticas de ABC. Juros baixos e prazos alongados têm sido utilizados para estimular sua utilização, quando o correto seria demonstrar as vantagens na adoção das práticas de ABC, e não apenas os benefícios das condições especiais oferecidas.
- O acesso dos pequenos produtores às linhas de financiamento é dificultado, pois há exigências e condições que não são adequadas a suas atividades.

### Custo de observância

- A burocracia e as exigências de acompanhamento na aplicação das linhas referentes a ABC podem ser um fator que reduz o interesse dos bancos em operá-las. No caso específico do Programa ABC, há necessidade de acompanhamento semestral por parte dos bancos, a fim de assegurar que os recursos desembolsados estejam sendo utilizados em atividades relacionadas ao plano. Esse tipo de acompanhamento, extremamente pulverizado, implica em altos custos, requerendo em muitos casos a participação de técnicos especializados para analisar as diferentes atividades. Além disso, existe o risco de desclassificação da operação pela fiscalização do BNDES, caso não haja conformidade do projeto com a realidade, mesmo após o desembolso. Essas questões implicam em elevado custo de observância e prejudicam a agilidade do processo.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Condições, exigências e estímulos aos financiamentos

- Assegurar que haja padronização das condições exigidas pelas diferentes linhas, segundo as especificidades das práticas de ABC com o intuito de facilitar o acesso ao crédito. **Agente transformador** Governo, IF.
- Classificar o produtor em faixas para estabelecer o limite máximo de crédito, de acordo com a produção, que pode ter como base o tamanho total da propriedade e/ou nível médio ou esperado de receita. **Agente transformador** Governo, IF.
- Promover discussão ampla sobre as atuais normas e regulamentos que regem as práticas de ABC, visando sua desburocratização tanto no processo de contratação quanto na fiscalização do uso dos recursos. Compartilhar a responsabilidade pelo monitoramento. **Agente transformador** Governo, IF.
- Otimizar as estruturas e serviços dos relacionados à concessão de crédito rural no contexto de financiamentos de práticas de ABC. **Agente transformador** Governo, IF.

## [ENTRAVES]

### Treinamento e qualificação do profissional do banco

- Insegurança no processo de análise de risco de crédito e de mercado, particularmente diante das dúvidas com relação aos itens financiáveis, o que leva a certa arbitrariedade na análise dos projetos.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Treinamento e qualificação do profissional do banco

- Sensibilizar os gerentes, técnicos e agrônomos dos bancos sobre a importância do tema da ABC para o País, sociedade e para os produtores, dando ênfase às questões relacionadas a aprovação dos projetos e enquadramento das atividades no Programa ABC. **Agente transformador** IF.
- Inserir, de forma transversal, o tema da ABC na agenda de treinamentos e atividades dos bancos. **Agente transformador** IF.

## [ENTRAVES]

### Treinamento e qualificação do profissional do banco

- Falta de estímulo por parte de gerentes e outros atores do mercado, que não dispõem dos conhecimentos necessários para orientar o produtor acerca das linhas e programas que financiam práticas de ABC, destacando suas vantagens.

### Custo de observância

- A burocracia e as exigências de acompanhamento na aplicação das linhas referentes a ABC podem ser um fator que reduz o interesse dos bancos em operá-las. No caso específico do Programa ABC, há necessidade de acompanhamento semestral por parte dos bancos, a fim de assegurar que os recursos desembolsados estejam sendo utilizados em atividades relacionadas ao plano. Esse tipo de acompanhamento, extremamente pulverizado, implica em altos custos, requerendo em muitos casos a participação de técnicos especializados para analisar as diferentes atividades. Além disso, existe o risco de desclassificação da operação pela fiscalização do BNDES, caso não haja conformidade do projeto com a realidade, mesmo após o desembolso. Essas questões implicam em elevado custo de observância e prejudicam a agilidade do processo.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Análise de risco

- Os modelos tradicionais de análise de risco usualmente empregados seguem padrões e baseiam-se em parâmetros que não se aplicam necessariamente às práticas de ABC.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Treinamento e qualificação do profissional do banco

- Capacitar os gerentes técnicos e agrônomos das instituições financeiras quanto aos critérios de análise de risco adotados, considerando a natureza particular e mais complexa dos projetos de ABC. **Agente transformador** IF.
- Buscar junto às principais instâncias responsáveis pelo enraizamento do plano ABC (Mapa, Embrapa, BNDES e Banco do Brasil) consenso quanto às exigências documentais e operacionais. **Agente transformador** Governo, IF.

### Risco dos bancos e dos produtores rurais – Análise de risco

- Estabelecer regras claras, menos burocráticas e formas de acompanhamento compatíveis com a estrutura e capacidade de atendimento dos bancos. **Agente transformador** IF.
- Revisar os critérios de análise de risco adotados pelos bancos, considerando a natureza particular e mais complexa dos projetos de ABC. **Agente transformador** IF.

## [ENTRAVES]

### Licenciamento ambiental

- Há desconhecimento por grande parte dos produtores (especialmente pequenos) da exigência de Licenciamento Ambiental da Propriedade e da Regularização Ambiental da atividade que pretende aplicar. Além disso, a falta de alinhamento entre as normativas e alguns agentes financeiros dificulta a aprovação dos projetos.
- Os produtores rurais aguardam uma definição quanto às possíveis alterações no Código Florestal, especialmente com relação às APPs e reserva legal, além da perspectiva de anista para então definirem suas necessidades (ou não) de licenciamento.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Licenciamento ambiental

- Padronizar as exigências referentes ao licenciamento ambiental da propriedade e regularização ambiental da atividade requerido pelas diferentes linhas e programas que atendem práticas de ABC. **Agente transformador** Governo.

## [ENTRAVES]

### Organização e articulação em cooperativas e empresas integradoras

- Falta organização dos produtores rurais, especialmente pequenos e médios, em cooperativas e empresas integradoras. A ausência de associação contribui para elevar os custos operacionais dos bancos, dificultando e obtendo de recursos para elaboração de projetos, contratação de técnicos e a atenção ao mercado. Vale ressaltar que esse ponto requer o estabelecimento de marcos regulatórios específicos.

### Barreiras culturais

- Grande parte dos produtores reside a adotar práticas inovadoras. Não se trata de uma questão de escolaridade, mas de hábitos e comportamentos arraigados, muito próprios do "homem do campo". Existem exceções, sendo o caso de cooperativas ou empresas agroindustriais com prática de integração, na qual o produtor tem contato com a inovação por meio de técnicos e agrônomos. Mas, em geral, prevalecem os usos e costumes locais e a tradição familiar. O costumeiro modo de produção é reconhecido e legitimado socialmente e, portanto, é "o certo" a ser feito. Entende-se que as barreiras culturais estão presentes transversalmente nos demais temas prioritários, porém por meio de P&D pode-se convencer aos produtores uma nova forma de produzir, destacando seus benefícios e vantagens econômicas, além dos ambientais.

### Foco no mercado – Reconhecimento de atributo

- Os esforços de P&D devem considerar as expectativas presentes nos mercados de produtos oriundos das práticas de ABC, além de gerar dados técnicos. Não basta que o produtor incorpore novos atributos ao produto final, mas estes atributos precisam ser reconhecidos e valorizados, pelo mercado a fim de refletir em melhor preço ou em preferência.

### Foco no mercado – Validação e certificação

- Faltam sistemas de certificação que atestem a origem e qualidade dos produtos e que também sirvam como mitigadores de risco ao sistema financeiro. Os pedidos de financiamento devem avaliar os riscos do modelo e práticas de ABC. Nesse sentido, a falta de amadurecimento da pesquisa e das tecnologias torna-se uma dificuldade, pois gera insegurança ao produtor e ao agente financeiro.

### Divulgação em massa

- Falta divulgação das práticas e programas no âmbito das diferentes linhas que viabilizam a agricultura de baixo carbono. É grande ainda o desconhecimento e desinformação, especialmente em relação ao atendimento dessas práticas por outras linhas, além do Programa ABC.
- Falta uma abordagem que apresente atrativos ao produtor, são enfatizados apenas os benefícios ambientais oriundos das práticas, que constitui uma visão reducionista da sustentabilidade no setor.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Organização e articulação em cooperativas e empresas integradoras

- Estimular a criação de cooperativas e outras formas associativas, bem como aprimorar a gestão das existentes, possibilitando o acesso e atendimento às demandas do mercado favorecido pela maior escala de produção. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.

### Barreiras culturais

- Demonstrar aos produtores rurais os resultados positivos da adoção de práticas de ABC, considerando o contexto em que serão aplicadas, enfatizando a geração de valor que se traduz em vantagem competitiva e benefícios econômicos para o produtor. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.

### Foco no mercado – Reconhecimento de atributo

- Tornar tangível os atributos dos produtos que resultam de práticas de ABC para assegurar sua percepção diferenciada e para que critérios de preferência sejam estabelecidos e adotados, tornando os produtos reconhecidos e valorizados pelo mercado, a fim de refletir em melhor preço ou em preferência. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.

### Foco no mercado – Validação e certificação

- Estimular os produtores a adotar sistemas de certificação que incorporem atributos das práticas de ABC. Facilitar o acesso, especialmente do pequeno produtor, aos processos de certificação. Além disso, estimular as certificadoras a adotar, mais e de forma adequada, os conceitos de ABC. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.
- Divulgar a possibilidade de financiamento de práticas de ABC por outras linhas, além da linha do Programa ABC. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.
- Realizar divulgação em massa, adaptada e focada nos produtores, técnicos e gerentes. Diversificar os canais utilizados para aumentar a eficácia, dando ênfase às mídias televisivas e radiofônicas, uma vez que a maior parte dos produtores rurais não tem acesso à internet, e em muitos casos, é analfabeta ou possui somente formação fundamental. Trabalhar com divulgação em dias de campo e projetos demonstrativos (transferência de tecnologia). **Agente transformador** Governo.
- Realizar ampla divulgação, utilizando linguagem e meios adequados, para facilitar e agilizar o processo de convencimento e consequente adoção das práticas de ABC. **Agente transformador** Governo.
- Considerar as diferenças regionais, empregando exemplos diretos e práticos no processo de disseminação de informações técnicas, levando em consideração as particularidades da agricultura e pecuária (diferentes ciclos e métodos produtivos). Esse ponto merece especial atenção uma vez que a ABC considera a integração de diferentes atividades. **Agente transformador** Governo.
- Enfatizar, nos esforços de comunicação e capacitação, os benefícios para o produtor, especialmente relativos ao aumento da produtividade e continuidade dos negócios. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.

## [ENTRAVES]

### Treinamento e qualificação da assistência técnica

- O sistema carece de assistência técnica para elaboração e acompanhamento dos projetos (item financiável, previsto no Programa ABC, por exemplo) e técnicos das agências estaduais para orientação do produtor.
- Falta de definição de modelos de treinamento para a formação de multiplicadores em diferentes níveis (Mapa, Embrapa e Emater) capazes de disseminar o conhecimento acerca das práticas de ABC.

### Treinamento e qualificação o produtor rural

- Falta de interesse do produtor, que pode estar em parte relacionada à falta de informação e conhecimento sobre o tema.
- As vantagens da adoção de práticas de ABC não estão efetivamente evidentes para o produtor, acredita-se que parte da resistência do produtor deva-se à falta de percepção da redução do risco de produção e das vantagens competitivas e à carência de evidências de resultados concretos.

## [RECOMENDAÇÕES]

### Treinamento e qualificação da assistência técnica

- Ampliar e acelerar o processo de capacitação da rede de assistência técnica e extensão rural, engajando-as efetivamente na divulgação das práticas de ABC. **Agente transformador** Governo.
- Criar mecanismos que garantam o efetivo direcionamento à rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do percentual destinado à elaboração de projetos, assegurando sua qualidade e acompanhamento. **Agente transformador** Governo.
- Incluir no currículo dos cursos técnicos e de graduação em Ciências Agrárias disciplina específica para sistemas alternativos de produção (Integração, SAF etc.) e recuperação de APP e RL. **Agente transformador** Governo.
- Treinamento e qualificação o produtor rural**
- Observar a importância das cooperativas e organizações associativas na facilitação do processo de capacitação. Em geral, providas de estrutura e pessoal próprios, são próximas ao produtor e desfrutam de grande credibilidade, representando um apoio significativo nesse processo. Considerar, nos planos de capacitação e treinamento, práticas de cooperativismo e produção associativa, para incentivar essas iniciativas. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.
- Atribuir à rede pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), à Embrapa e às empresas privadas de Ater a responsabilidade pelo treinamento e qualificação do produtor rural. Envolver os sindicatos e outras entidades representativas dos produtores rurais (Contag, Fief, CNA etc.) rurais nesse processo, tendo em vista sua capilaridade e proximidade com o produtor rural. **Agente transformador** Governo, Setor Produtivo.